

ANEXO II DO EDITAL
MINUTA DE CONTRATO

Processo 25800.005242/2017

**CONTRATO Nº /2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A
EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E
BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS E A XXXXXXXXXX.**

A **EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS**, entidade pública criada pela União, na forma da Lei n.º 10.972/2004, com Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 5402/2005, integrante da Administração Pública Federal Indireta e vinculada ao Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 07.607.851/0002-27, localizada na Rodovia BR 101, Quadra D, Lote 6, S/Nº, Zona rural, Goiana/PE, CEP: 55.900-000, doravante denominada simplesmente **HEMOBRÁS**, neste ato representada por **XXXXX**, portador da Cédula de Identidade nº xxx SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxx, no uso da competência atribuída pela XXX, e a empresa **XXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, com sede na XXXXXX, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu XXXXX, portador da Cédula de Identidade de nº XXXXX e inscrito no CPF/MF nº XXXXXXXX, no uso das atribuições que lhe confere a documentação acostada às fls. XXXX, têm entre si justo e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes, que livremente estipulam, aceitam, outorgam e se obrigam a cumprir por si e por seus sucessores.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação foi precedida de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica nº XX/2018, Processo nº 25800.005242/2017, realizado com observância das disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, e fundamenta-se nas condições expressas no Termo de Referência, que integra o Edital de Licitação, e na proposta da CONTRATADA, documentos estes que constituem parte integrante, vinculada e complementar do presente instrumento, dispensadas as suas transcrições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de **SERVIÇO CONTÍNUO DE OPERAÇÃO LOGÍSTICA MULTIMODAL INTEGRADA**, que compreende coletas de medicamentos no Armazém da HEMOBRÁS, localizado na Região Metropolitana do Recife ou Goiana (Estado de Pernambuco), e suas entregas via modal **XXXXXXXXXX** nos Serviços de Saúde, localizados em todo território nacional, podendo ocorrer o processo de logística reversa (devoluções e recolhimentos), que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR TOTAL ESTIMADO DO CONTRATO (R\$) *
TOTAL GRUPO X:			

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO; EXECUÇÃO E RECEBIMENTO; E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

2.1 Conforme descrito no Termo de Referência, anexo I do edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, por interesse das partes e desde que haja autorização formal da autoridade competente, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 3.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 3.1.2 A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 3.1.3 O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 3.1.4 A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 3.1.5 A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.2 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 A HEMOBRÁS pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ XXXX, o que corresponde ao valor anual de R\$ XXXXXXXX.

4.2 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4.3 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto do contrato.

CLÁUSULA QUINTA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1 Pela execução do objeto deste contrato, a HEMOBRÁS pagará à CONTRATADA a importância de R\$ XXXXX, à conta da dotação orçamentária consignada na Nota de Empenho nº XXXXXX – Fonte: XXXXX – Elemento de Despesa: XXXXXX, referente ao exercício 2018.
- 5.2 No(s) exercício(s) seguinte(s) correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1 A CONTRATADA somente estará autorizada a realizar faturamento de serviços atestados, segundo item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** do Termo de Referência (DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO, FORMA E PRAZO DE ATESTE DE SERVIÇOS), após a finalização da análise das condições requeridas no TERMO DE REFERÊNCIA que impactem na qualidade do medicamento, dos documentos de monitoramento de temperatura e dos documentos quanto do relatório de serviços;
- 6.2 O pagamento será de acordo com o frete efetivamente realizado e atestado. Para que se obtenha o valor do serviço a ser faturado, deve-se, de acordo o destino de entrega:
- 6.2.1 Obter na Nota Fiscal da HEMOBRÁS o valor de peso (KG) da mercadoria e multiplicar pelo valor unitário de composição do frete-peso (R\$ / KG), de acordo com a tabela do ANEXO VII – PLANILHA DE PREVISÃO DE VOLUME DE SERVIÇO PARA PRECIFICAÇÃO – PPVSP;
- 6.2.2 Obter na Nota Fiscal da HEMOBRÁS o valor (R\$) da mercadoria e multiplicar pelo valor unitário de composição do frete-valor (AD-VALOREM), de acordo com a tabela do ANEXO VII – PLANILHA DE PREVISÃO DE VOLUME DE SERVIÇO PARA PRECIFICAÇÃO – PPVSP;
- 6.2.3 Obter na Nota Fiscal da HEMOBRÁS o valor (R\$) da mercadoria e multiplicar pelo valor unitário de composição do GRIS (GRIS), de acordo com a tabela do ANEXO VII – PLANILHA DE PREVISÃO DE VOLUME DE SERVIÇO PARA PRECIFICAÇÃO – PPVSP;
- 6.2.4 Obter, de acordo com a tabela do ANEXO VII – PLANILHA DE PREVISÃO DE VOLUME DE SERVIÇO PARA PRECIFICAÇÃO – PPVSP, as TAXAS SOBRE NOTAS FISCAIS DE REMEMSSA (R\$ / QTD. N.F);
- 6.2.5 Somar os valores obtidos nos itens 6.2.1, 6.2.2, 6.2.3 e 6.2.4 para obtenção do valor do serviço a ser faturado.

- 6.3 O pagamento será efetuado pela HEMOBRÁS no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do adimplemento da obrigação, de acordo com o serviço efetivamente executado e correspondente preço unitário. Previamente ao pagamento, será feita consulta ao SICAF ou Certidões correspondentes, CEIS e a CNDT para a aferição da regularidade da CONTRATADA, e, a apresentação da Nota Fiscal de serviço/fatura, discriminativa, devidamente atestada pela fiscalização.
- 6.4 A CONTRATADA deverá encaminhar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) para protocolo_recife@HEMOBRÁS.gov.br, conforme disposto no Protocolo ICMS nº 42/09, para comprovação do fornecimento efetivamente executado, contendo o mesmo CNPJ do empenho para efeito de pagamento.
- 6.5 O pagamento será realizado em uma única parcela, tomando como base os valores definidos na proposta da CONTRATADA.
- 6.6 Nos casos de não obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal eletrônica (NF-e) pela CONTRATADA, esta deverá comprovar tal situação e encaminhar a Nota Fiscal pertinente para a HEMOBRÁS.
- 6.7 O pagamento será efetuado pela HEMOBRÁS mediante crédito em conta bancária informada na Nota Fiscal eletrônica (NF-e).
- 6.8 A Nota Fiscal eletrônica (NF-e) deverá discriminar o valor dos serviços com a mão de obra e o material, se for o caso.
- 6.9 Previamente ao pagamento será feita consulta ao SICAF ou Certidões Correspondentes, ao CEIS e ao CNDT, para aferir as condições de habilitação da CONTRATADA definidas no TERMO DE REFERÊNCIA.
- 6.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, dever-se-á providenciar a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 6.11 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.
- 6.12 Quando couber, os pagamentos efetuados à CONTRATADA estão sujeitos a retenção na fonte, aos tributos previstos na IN MPOG 02/08, artigo 36, § 8º, bem como, outros que estiverem previstos em legislações esparsas, pertinentes ao serviço prestado.
- 6.13 Para que a retenção não ocorra, a CONTRATADA optante pelo SIMPLES deverá juntar a declaração nos moldes do ANEXO IV da IN RFB nº 1.234/2012 à Nota Fiscal eletrônica (NF-e).
- 6.14 A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A NOTA FISCAL CONTENDO O MESMO CNPJ DO EMPENHO PARA EFEITO DE PAGAMENTO, salvo os casos de notas fiscais com CNPJ da filial onde a empresa

CONTRATADA comprovadamente apresente documentação que justifique a centralização de seus tributos.

6.15 Em caso de alteração de conta informada, inicialmente, pela CONTRATADA para o recebimento do pagamento devido, esta deverá apresentar o NADA CONSTA do respectivo Banco para que seja efetuada a alteração pretendida.

6.16 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

6.17 Os encargos moratórios que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da emissão da respectiva Nota Fiscal eletrônica (NF-e), será objeto de preclusão.

6.18 O crédito adquirido pela CONTRATADA em razão de contrato celebrado com a HEMOBRÁS não poderá ser transferido a terceiros, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1 Poderá ser concedido reajuste ultrapassados 12 (doze) meses da assinatura do contrato, aplicando-se o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor ou outro índice oficial que venha a substituí-lo ou, ainda, na ausência de substituto, pela média simples dos principais índices econômicos que apuram a inflação anual acumulada;

7.2 Cumprir registrar, que o lucro do fornecedor se manterá inalterado até o final da vigência contratual e quanto aos tributos, caso haja alteração, a empresa deve fazer a comprovação por meio de Legislação específica.

CLÁUSULA OITAVA – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 A CONTRATADA deverá apresentar anualmente (através de cópias autenticadas dos documentos originais e/ou cópias das publicações das resoluções no Diário Oficial da União) todas as licenças e autorizações sanitárias pertinentes à execução deste serviço de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA):

- a) Licença ou Alvará Sanitário vigente para transporte de medicamentos, em nome da empresa, expedido pela autoridade sanitária municipal ou estadual, de todo(s) o(s) estabelecimento(s) onde qualquer etapa do processo de transporte seja operacionalizada, sendo uma licença ou alvará sanitário para cada estabelecimento;
- b) Autorização de Funcionamento (AFE) expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – para transporte de medicamentos em nome da matriz da empresa à qual o(s) CNPJ(s) constante(s) na(s) licença(s) acima citada(s) esteja(m) vinculado(s).

8.2 A CONTRATADA deverá apresentar anualmente (através de cópias autenticadas dos documentos originais e/ou cópias das publicações no Diário Oficial) o Certificado de Vistoria de Veículo emitido pela autoridade sanitária competente, sendo obrigatoriamente um certificado para cada veículo da frota, como também apresentar o certificado no momento da inclusão de novo veículo na frota;

Nota: Em casos de impossibilidade de apresentação deste documento, deve-se apresentar justificativa, com base nas legislações sanitárias estaduais ou municipais.

8.3 A CONTRATADA deverá apresentar anualmente (através de cópias autenticadas dos documentos originais) o Certificado de Responsabilidade Técnica do profissional Responsável Técnico, assim como a Certidão de Regularidade da Empresa, ambos emitidos pelo CRF (Conselho Regional de Farmácia) da unidade federada na qual a empresa está localizada, de todo(s) o(s) estabelecimento(s) onde qualquer etapa do processo de transporte seja operacionalizada;

8.4 A CONTRATADA deverá apresentar anualmente (através de cópias autenticadas dos documentos originais e/ou cópias das publicações das resoluções no Diário Oficial da União) o Certificado de Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – CRNTRC;

8.5 A CONTRATADA deverá apresentar anualmente (através de cópias autenticadas dos documentos originais e/ou cópias das publicações das resoluções no Diário Oficial da União) o Certificado de Operador de Transporte Multimodal;



- 8.6 A CONTRATADA deve estar regular com todos os credenciamentos necessários perante os órgãos oficiais (Órgãos competentes do Município, Estado e União, como licenças da Prefeitura, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, dentre outros), com vistas à perfeita realização dos serviços;
- 8.7 A CONTRATADA deverá apresentar à HEMOBRÁS, conforme prazo determinado no TERMO DE REFERÊNCIA e/ou quando solicitado pela HEMOBRÁS, os registros que comprovem a execução e a qualidade dos serviços descritos como também os documentos e relatórios exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA.

CLÁUSULA NONA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 9.1 Conforme descrito no Termo de Referência, anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1 Conforme descrito no Termo de Referência, anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SEGURO AD VALOREM

- 11.1 Conforme descrito no Termo de Referência, anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1 Conforme descrito no Termo de Referência, anexo I do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INÍCIO DA EXECUÇÃO

- 13.1 O prazo máximo para o início do serviço contínuo de operação logística multimodal integrada, incluindo a posse de toda a documentação legal pertinente à prestação do serviço exigido no TERMO DE REFERÊNCIA, será de até 54 (cinquenta e quatro) dias úteis após a assinatura do contrato;
- 13.2 Referido prazo está alinhado com o pior cenário para finalização da etapa de qualificação dos veículos (item 8.15.1 do Termo de Referência) após assinatura do contrato e se faz necessário tendo em vista não prejudicar a continuidade do serviço público essencial de distribuição de medicamentos essenciais ao Serviço Único de Saúde – SUS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES DA HEMOBRÁS

- 14.1 Supervisionar a execução dos serviços objeto do TERMO DE REFERÊNCIA;
- 14.2 Notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições na execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;

- 14.3 Proporcionar os meios adequados para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas neste documento;
- 14.4 Observar para que durante a execução dos serviços objeto do TERMO DE REFERÊNCIA seja mantida pela CONTRATADA a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 14.5 Cumprir com as obrigações do TERMO DE REFERÊNCIA, do contrato firmado e da legislação aplicável;
- 14.6 Promover através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do TERMO DE REFERÊNCIA, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- 14.7 Solicitar da CONTRATADA e de seus prepostos, ou obter da Administração da HEMOBRÁS, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 14.8 Emitir pareceres em todos os atos da Administração, relativos à execução do Contrato e, em especial, na aplicação de sanções, alterações do Contrato;
- 14.9 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 14.10 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por comissão de fiscalização especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 14.11 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus ANEXOS;
- 14.12 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG Nº 02/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1 A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à HEMOBRÁS ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela HEMOBRÁS;
- 15.2 A CONTRATADA fica obrigada a atender a toda legislação dos órgãos reguladores de transporte (ANAC e ANTT) que seja pertinente à sua atividade;
- 15.3 A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução deste contrato, não transferindo à HEMOBRÁS, em caso de inadimplência da

CONTRATADA, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto deste contrato, respondendo, no entanto, solidariamente, pelos encargos previdenciários, nos termos do Art. 71, § 2º da Lei nº 8.666/1993;

15.4 A CONTRATADA será responsável por cumprir com as obrigações do TERMO DE REFERÊNCIA, da proposta comercial, do contrato firmado e da legislação aplicável;

15.5 A CONTRATADA será responsável por executar os serviços conforme especificações do TERMO DE REFERÊNCIA e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no TERMO DE REFERÊNCIA e em sua proposta;

15.6 A CONTRATADA será responsável por reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado por fiscal de contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.7 A CONTRATADA será responsável pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.8 A CONTRATADA será responsável por utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

15.9 A CONTRATADA será responsável por apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;

15.10 A CONTRATADA será responsável por apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão e Serviços de Hemoterapia para a execução do serviço;

15.11 A CONTRATADA será responsável por atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no TERMO DE REFERÊNCIA;

15.12 A CONTRATADA será responsável por instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

15.13 A CONTRATADA será responsável por instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a

CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

15.14 A CONTRATADA será responsável por relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

15.15 A CONTRATADA será responsável por não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.16 A CONTRATADA será responsável por manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.17 A CONTRATADA será responsável por guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.18 A CONTRATADA será responsável por arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.19 A CONTRATADA responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; não manter a proposta ou descumprir prazos legais e contratuais.

16.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

16.2.2 Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.2.3 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- 16.2.4 Multa compensatória de até 8% (oito. por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 16.2.4.1 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 16.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 16.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 16.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.3.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.3.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.3.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.6 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 16.7 Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA estará sujeita ainda, nos casos em que as multas e sanções aplicadas não sejam suficientes para compensar os danos suportados pela Administração, ao pagamento de uma indenização suplementar.

16.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à HEMOBRÁS serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da HEMOBRÁS, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

16.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA- DA RESCISÃO

17.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo I do Edital.

17.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

17.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.4.3 Indenizações e multas.

17.5 A rescisão do contrato poderá ser:

17.5.1 Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei 8.666/93;

17.5.2 Amigável, por acordo entre as partes reduzido a termo, desde que haja conveniência para CONTRATANTE; e

17.5.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

17.6 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – VEDAÇÕES

18.1 É vedado à CONTRATADA:

18.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

18.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DAS ALTERAÇÕES

19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

20.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, conforme normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1 O resumo deste Contrato será publicado no Diário Oficial da União até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte da data de sua assinatura, não ultrapassando ao prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 Qualquer evento adverso que impeça a coleta, transporte e entrega da carga deve ser imediatamente comunicado à HEMOBRÁS;

22.2 Somente será aceito faturamento de serviços efetivamente realizados, sendo vedada a cobrança dos serviços que não tenham sido efetivamente realizados ou finalizados;

22.3 Todas as comunicações referentes ao fornecimento dos materiais contratados são consideradas regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela CONTRATADA, através de protocolo, carta, telegrama ou fax, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes;

22.4 A PROPONENTE deve se responsabilizar por danos materiais e/ou pessoais, bem como quaisquer prejuízos causados por seus empregados e/ou equipamentos e/ou a terceiros;

22.5 Caso as normas sanitárias se alterem durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA se obriga a adequar-se irrestritamente às solicitações legais definidas na norma, bem com seus prazos;

22.6 A CONTRATADA não se valerá do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da CONTRATANTE;



22.7 Fica expressamente reconhecida a inexistência de qualquer vínculo de emprego, direto ou indireto entre a CONTRATANTE e os executantes dos serviços ora contratados que mantêm todo relacionamento trabalhista e profissional, inclusive os vínculos, direitos e obrigações decorrentes, exclusivamente com a CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1 As partes contratantes ficam cientes de que o foro para dirimir as questões que não forem solucionadas na via administrativas será o da Seção Judiciária da justiça Federal de Recife/PE.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Recife-PE, ____ de _____ de 2018.

XXXXXX
Hemobrás

XXXX
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____